O ADVENTO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL

SUA IMPLANTAÇÃO NO CEARÁ

ANTÔNIO MARTINS FILHO
Do Instituto do Ceará

A UNIVERSIDADE EM SUAS ORIGENS

Analisando a Universidade na sua evolução histórica, vamos identificar os primeiros ensaios de sua estruturação nos primórdios da Idade Média. Antes, existiram estabelecimentos de ensino público de alta envergadura, tais como as Escolas de Atenas e Alexandria, além das criadas pelos romanos sob a influência da cultura grega, mas não se revestiram essas escolas das características de instituição de ensino superior, com base orgânica e homogênea.

O termo "universitas" significou inicialmente uma corporação ou agrupamento de pessoas devotadas a uma mesma atividade. Quanto às corporações para fins educativos, eram associações estruturadas em sãos princípios de unidade e solidariedade, com direitos e obrigações definidos em estatutos próprios. Foi assim que surgiu a chamada "Universidade Magistrorum et Scholarum" ou, como também se denominou, *Studium* ou *Studium Generale.*

Mais tarde, ampliou-se o raio de ação desses centros de estudo. Dado o crescente prestígio que iam adquirindo, favorecidos que eram pelo incremento do comércio e da navegação, reuniam grande número de estudantes estrangeiros. Muito embora cada um desses centros se destinasse ao cultivo de uma especialidade científica, o vocábulo "universitas" ganhava

sentido, pelo cosmopolitismo que distinguia a massa estudantil dessas organizações culturais.

Foi isso que aconteceu com as Escolas de Salerno e de Paris: a primeira destinada ao estudo da Medicina e a segunda ao da Teologia, verificando-se o mesmo em relação à Escola de Bolonha, dedicada ao ensino da Jurisprudência, a qual, no alvorecer do século XII, já reunia cerca de 10.000 escolares.

A palavra "universidade" foi usada pela primeira vez, na sua acepção moderna, nos estatutos da Universidade de Oxford, fundada no final do século XII. Daí o conceito se foi estratificando, até à significação atual.

No longo curso de sua evolução, a universidade passou por vários estádios. Na época medieval, foi marcadamente caracterizada pelo espírito de unidade cultural e de vida comunitária entre mestres e discípulos, "tudo girando em torno de uma idéia central: a de Deus; de uma Faculdade nuclear: a de teologia; de uma preocupação básica: a de salvar o homem" (Luiz Alberto Sanchez, ex-Reitor da Universidade de San Marcos).

A universidade que resultou do Renascimento surgiu como instituição independente, sem nenhuma ligação essencial com as demais instituições, desvinculada da comunidade e tendo com ela apenas relações de vizinhança. É a universidade que chamaríamos de liberal, sem hierarquia de valores, voltada sobre si mesma. A esta se opôs, modernamente, a universidade "dirigida" pos países totalitários, inteiramente desfigurada do seu sentido histórico e desnaturada na sua essência.

Por fim, a universidade contemporânea, que se revela eminentemente social e ao mesmo tempo, humanística e tecnológica. Humanística, no que respeita aos seus fundamentos e bases culturais. Tecnológica, no que tange aos seus fins, intimamente relacionados com o desenvolvimento da vida nacional.

Em qualquer dos estádios em que nos situemos para examinar a organicidade e estrutura da universidade, um fato ressalta como um postulado irrevogável: é que a instituição universitária somente se apresenta com características de autenticidade quando pode gozar de autonomia no seu tríplice aspecto — cultural, político e econômico.

A UNIVERSIDADE NO BRASIL

Uma observação atenta do panorama histórico cujo esboço se acaba de delinear revela que, em matéria de universidades, estivemos no Brasil recuados de séculos, em relação

a outros povos. A causa principal desse atraso parece-nos resultante da ausência de espírito universitário por parte dos nossos colonizadores, aliada às condições étnicas que influenciaram a nossa formação histórica.

Em Portugal existia apenas uma universidade, fundada, em fins do século XIII, pelo espírito esclarecido de D. Dinis, que trabalhou consideravelmente em prol do desenvolvimento da cultura. Somente na segunda metade do século XVIII é que o Marquês de Pombal deu novos rumos à causa da instrução e da educação, com o subsídio literário e com a reforma completa que realizou na Universidade de Coimbra. Daí, podermos afirmar que nascemos e crescemos sem conhecer a influência benéfica das universidades, na formação da nossa cultura.

Na segunda metade do século passado e nas duas primeiras décadas deste século, várias tentativas foram feitas, no sentido de dotar o Brasil de uma instituição universitária, que aglutinasse as escolas e faculdades isoladas, de cunho predominantemente profissional.

A análise desse assunto e a complexidade dos fatores que tornaram inviável a idéia demandariam tempo e espaço, que transcendem aos limites da síntese, que ora formulamos.

Assim, basta ressaltar que o advento da Universidade no Brasil ocorreu no ano de 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, constituída pelas Faculdades de Medicina e de Direito, a que depois foi incorporada a Escola Politécnica.

Tentativas pioneiras poderão ser mencionadas, tais como a da criação da Universidade de Manaus, em 1909 e, em 1912, a da Universidade do Paraná. Não seria razoável considerar ambas as iniciativas como movimentos líricos. Mas, por igual não podem representar como marco inicial da presença da instituição universitária em nosso País, pela ausência da estrutura e pela carência de recursos materiais e humanos observada nas duas instituições, além de outros motivos que não importa mencionar.

Mediante uma análise mais rigorosa, acredita-se que, no início da década de vinte, a existência da Universidade entre nós só se torna admissível pelo fato de haver sido criada a do Rio de Janeiro, através de Ato expedido pelo Governo Federal.

Devemos ressalvar, no entanto, que foi exatamente ao longo da década de vinte que a idéia de uma universidade autêntica, compatível com o espírito dos novos tempos, passou a ser grandemente fortalecida, em conseqüência da fundação, no mês de outubro de 1923, da Associação Brasileira de Educação.

A ABE, como passou a ser conhecida, aglutinou eminentes professores e cientistas, sob a liderança do Engenheiro Heitor Lira da Silva, que teve o mérito de implantar, na agremiação por ele concebida, uma estrutura racional e descentralizada.

Importantes iniciativas passaram então a ser dinamizadas pela ABE, como sejam conferências periódicas de âmbito nacional e bem assim inquéritos de alta valia, sobre o tipo de universidade de que necessitava o País.

Um desses inquéritos, realizado no começo do ano de 1927 e dirigido por uma Comissão constituída pelos professores Levi Carneiro, Domingos Cunha, Roquete Pinto, Raul Leitão da Cunha, Licínio Cardoso e outros, versava sobre os quesitos seguintes:

"I — Que tipo universitário adotar no Brasil? Deve ser único? Que funções deverão caber às universidades brasileiras?

"II — Não convirá, para solução de nosso problema universitário, aproveitar os elementos existentes, como Observatórios, Museus, Bibliotecas, promovendo a sua articulação no conjunto universitário?

"III — Não é oportuno realizar, dentro do regime universitário, uma obra concomitantemente nacionalizadora do espírito de nossa mocidade?

"IV — Não seria de todo útil que os governos estaduais auxiliassem ao governo federal na organização universitária?

"V — Não convém estabelecer mais íntimo contato entre o professor e o aluno?

"VI — Não convém a adoção, onde possível, do livro texto (sistema norte-americano) em substituição gradual do ensino oral?

"VII — É satisfatória a situação financeira do professor universitário? Não se impõem medidas reparadoras?"(1)

Após a conclusão desse inquérito, sobre o qual se pronunciaram mais de trinta educadores de diferentes pontos do Brasil, foi convocada a realização, na cidade do Rio de Janeiro, de um Congresso de Ensino Superior, comemorativo da pas-

(1) *Apud* PAIM, Antônio. *A UDF e a Idéia de Universidade.* Biblioteca Tempo Universitário, Rio de Janeiro, RJ, 1981, p. 41.

sagem do primeiro centenário de criação dos cursos jurídicos. Nesse certame, que teve início no dia 11 e terminou no dia 20 de agosto de 1927, o problema universitário constituiu tema preferencial para as discussões, sob diferentes aspectos.

Deduz-se obviamente que os intelectuais, professores e cientistas, preocupados com a solução do problema universitário, estavam suficientemente esclarecidos e preparados para receber, três anos depois, a criação do Ministério da Educação e Saúde — uma das inovações da Revolução de 1930.

Para exercer as funções de Titular do novo Ministério foi convocada uma personalidade ilustre e já vinculada ao ensino superior, o professor Francisco Campos, de Minas Gerais.

Convencido de que o ensino superior deveria obedecer preferencialmente ao sistema universitário, elaborou o Ministro Francisco Campos o Estatuto das Universidades Brasileiras que, no nosso entender, dá início ao primeiro período de efetiva existência da Universidade em nosso País.

Da substanciosa Exposição de Motivos, submetida à apreciação do Presidente da República, merece destaque o trecho seguinte, pela judiciosidade dos conceitos que encerra:

> "Assim como a Universidade não é apenas uma unidade didática, pois a sua finalidade transcende ao exclusivo propósito do ensino, envolvendo preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada, ela é, igualmente, e é sobretudo, porque este o caráter que a individua e a distingue das demais organizações do ensino, uma unidade social e militante, isto é, um centro de contato, de colaboração e de cooperação de vontades e aspirações, uma família intelectual e moral, que não exaure a sua atividade no círculo dos seus interesses próprios e imediatos, sendo que, como unidade viva, tende a ampliar no meio social, em que se organiza e existe, o seu círculo de ressonância e de influência, exercendo nele uma larga, poderosa e autorizada função educativa."

Este pronunciamento do Ministro da Educação e Saúde levaria à conclusão de que, na nova fase de mudanças então iniciada, estaria vitorioso o movimento liderado pela Associação Brasileira de Educação, amplamente divulgado através das conferências realizadas e dos inquéritos promovidos, entre professores, pesquisadores e cientistas.

O Ministro Francisco Campos, aliás, na sua condição de professor da Universidade de Minas Gerais e de ex-Secretário

do Interior daquele Estado, no ano da criação da mesma Universidade, já havia participado da Segunda Conferência Nacional de Educação, realizada em Belo Horizonte, no ano de 1928.

Essa vinculação faria crer que a Reforma do Ensino que levou o seu nome estaria em consonância com as teses defendidas pela ABE, no sentido de uma nova concepção das missões da Universidade, abrangendo não só a formação de profissionais liberais como também a implantação de institutos de pesquisa e de ciência pura, nos moldes plasmados e defendidos pelos líderes do movimento desencadeado na década de vinte.

Tal não aconteceu, pois que o Ministro Francisco Campos, considerando ornamentais as Faculdades de Ciências, julgou por bem imprimir à Universidade prevista em sua Reforma uma outra feição, com a finalidade de fortalecer o ensino secundário, com a formação de professores aprimorados, em caráter de prioridade.

A polêmica prosseguia, tornando o problema universitário ainda mais complexo, pelo surgimento de grupos totalitários de direita e de esquerda, conflitantes em relação ao perfil de Universidade a ser implantada entre nós.

Assim chegamos ao ano de 1934, quando a história da Universidade brasileira fora acrescida de novos eventos, que a seguir serão sumariamente registrados.

Primeiramente ocorreu a criação da Universidade Técnica Federal, pelo Decreto n.º 24.738, de 14 de julho daquele ano, com as unidades seguintes: Escola Politécnica, desmembrada da Universidade do Rio de Janeiro; Escola Nacional de Minas, com sede em Ouro Preto; Escola Nacional de Química e mais oito institutos de pesquisa. Esta Universidade teve vida efêmera e sobre ela o Professor Maurício Joppert da Silva assim se pronuncia:

> "O Decreto 24.738, de 14 de julho de 1934, é uma página sombria na história do ensino brasileiro; separa a Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro e a inclui na Universidade Técnica Federal. Esta Universidade nunca teve reitor; nos diplomas dos engenheiros graduados pela Escola Politécnica, entre os anos de 1934 e 1937, a assinatura do reitor está em branco..."

A Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, extinguiu a Universidade Técnica Federal, geralmente considerada uma iniciativa fracassada, no panorama universitário do País. Essa mesma

Lei transformou a Universidade do Rio de Janeiro em Universidade do Brasil, na qual foram incorporados os cursos ministrados pela extinta Universidade Técnica Federal.

Ainda em relação aos anos de 1934 e 1935, impõem-se mencionar o aparecimento de duas importantes Universidades, ambas estruturadas em consonância com as aspirações da elite intelectual aglutinada na Associação Brasileira de Educação, desde a segunda metade da década anterior.

A primeira foi a Universidade de São Paulo, criada pelo Governador Armando de Sales Oliveira, e a segunda foi a Universidade do Distrito Federal, com sede na cidade do Rio de Janeiro, criada ao tempo em que exercia as funções de Secretário de Educação da Administração Pedro Ernesto o eminente educador, professor Anísio Teixeira.

Alguns comentários se nos afiguram necessários, para elucidar pontos obscuros na história da universidade brasileira, na década de 30, que foi, conforme já afirmamos, o ponto de partida para a existência efetiva da Universidade no Brasil.

Em verdade, o Ministro Francisco Campos, na condição de Secretário do Estado, referendou o Decreto de criação da Universidade de Minas Gerais, instituída pelo Decreto de 7 de setembro de 1927, expedido pelo presidente Antônio Carlos. No ato de criação desta Universidade deve ser considerado um elemento novo e muito importante para o instituto, ou seja, o princípio da autonomia didática e administrativa, exarado em um dos seus artigos.

Sendo ainda professor da referida Universidade, acreditava-se que a Reforma Francisco Campos adotaria aquelas teses veiculadas e ardorosamente defendidas pelo elenco de mestres pertencentes à Associação Brasileira de Educação.

Mas o Ministro, em vez de prestigiar os institutos de alta cultura, direcionados para as atividades científicas e para a pesquisa pura e desinteressada, entendeu que seria imprescindível fortalecer um Instituto de Educação, destinado a formar os recursos humanos de que necessitava o ensino secundário.

A esse propósito, comenta o professor Antônio Paim:

> "... Francisco Campos, na verdade, não adere ao ideal de Universidade que havia mobilizado a intelectualidade no período que antecedeu imeditamente à Revolução de 1930. Mas também não quer limitar-se a conservar o ensino nos moldes tradicionais. Imagina poder instituir a Universidade, mas colocá-la a serviço

do aprimoramento do ensino secundário, a que atribuía, sem dúvida, maior relevância.

"Nestas condições, não poderia tornar-se em elemento catalisador dos educadores mais esclarecidos, único agrupamento capaz de realizar a idéia de Universidade, como a experiência da Faculdade de Ciências da UDF, no Rio de Janeiro, e a Faculdade de Ciências da USP, em São Paulo, iriam demonstrar."(2)

A análise das divergências entre os grupos de professores, cientistas e intelectuais interessados na implantação de um novo tipo de universidade no País, a partir do advento do Estatuto baixado pelo Chefe do Governo Provisório, Dr. Getúlio Vargas, e referendado pelo Ministro da Educação e Saúde, Dr. Francisco Campos, constitui matéria para um simpósio. Desse modo, nos limitamos a registrar, de maneira perfunctória, o elemento histórico, que é o que nos interessa aqui.

Assim, teremos de assinalar que, segundo o consenso dos principais analistas do assunto, a instituição universitária que realmente adquiriu maior importância, depois de baixado o Estatuto das Universidades Brasileiras, foi exatamente a Universidade de São Paulo, a que anteriormente nos reportamos. Trata-se, como se sabe, de uma Universidade estadual, criada pelo Governador Armando de Sales Oliveira, sob a inspiração de dois eminentes paulistas, interessados no assunto — o professor Fernando de Azevedo e o jornalista Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O ESTADO DE SÃO PAULO*.

Logo depois, em 1935, foi criada a Universidade do Distrito Federal, com sede no Rio de Janeiro, pelo Decreto Municipal n.º 5.513, de 4 de abril de 1935, composta de cinco unidades — Faculdade de Ciências, Faculdade de Educação, Faculdade de Economia e Direito, Faculdade de Filosofia e Instituto de Artes.

O líder do movimento foi o professor Anísio Teixeira que, na aula de abertura dos cursos da Universidade, assim se expressa:

"Esse país é o país dos diplomas universitários honoríficos, é um pais que deu às suas escolas uma organização tão fechada e tão limitada que substituiu a cultura por duas ou três profissões práticas, é o país em que a educação, por isso mesmo, se transformou em título para ganhar um emprego. Haverá, por

(2) *Op. cit.*, p. 62.

acaso, demasiado ensino superior no Brasil? Não. O que há são demasiadas escolas de certo tipo profissional, distribuindo anualmente diplomas em número maior que o necessário e o possível, no momento, de se consumir.

"Entre essas escolas e as escolas de que precisa o país para formar o seu quadro de intelectuais, de servidores da inteligência e da cultura, de professores, escritores, jornalistas, artistas e políticos, há todo um mundo a transpor.

"E qual a Universidade que abre, hoje, aqui, as suas portas? É, por acaso, mais uma universidade para o preparo puro e simples de profissionais, de médicos, de bacharéis, de dentistas e engenheiros civis? Não. É uma Universidade cujas escolas visam ao preparo do quadro intelectual do país, que até hoje se tem formado ao sabor do mais abandonado e do mais precário autodidatismo."(3)

A Universidade do Distrito Federal funcionou até 1939, quando foi absorvida pelo Governo Federal, mas representa uma experiência muito válida, na história da Universidade brasileira, no seu primeiro período de evolução, que vai de 1931 até 1945. Além de ter feito tenaz oposição à política tradicional de formação de profissionais liberais, notadamente nas áreas de Direito, Medicina e Engenharia, formou eminentes cientistas e insignes pesquisadores. A sua primeira turma foi formada em 1937, exercendo as funções de Reitor da Universidade o Professor Afonso Pena Júnior que, a propósito do êxito do projeto, teria emitido o seguinte pronunciamento:

"Essa Universidade não é certamente um conjunto de escolas de tipo profissional distribuindo anualmente diplomas em maior número que o país pode consumir; é precisamente um centro de alta intelectualidade, de orientação da inteligência e do saber, de formação de professores, escritores, jornalistas, artistas e políticos, não unicamente no preparo restrito e prático de médicos, bacharéis e engenheiros. Nela será preparado o *homem culto*, o que difere do homem diplomado.(4)

(3) *Boletim da Universidade do Distrito Federal* — 1. In PAIM, Antônio, *Op. cit.*, p. 79.

A seguir, enumera os elevados objetivos que, a seu ver, devem ser colimados e atingidos pelas Escolas de Ciências, de Economia e Direito, de Filosofia e Letras e de Educação, bem como o Instituto de Artes.

Através desse pronunciamento observa-se o pioneirismo da Universidade do Distrito Federal, bastante avançado para aquela época, notadamente para a corrente de professores e intelectuais de formação católica, liderados pelo professor Alceu de Amoroso Lima. Daí se conclui, obviamente, que uma instituição desse porte, de tendências liberais muito pronunciadas, teria de ser recebida com muita reserva pelas correntes conservadores e pelo próprio Ministério da Educação. E assim, a sua vida poderia ser efêmera, especialmente por se tratar de uma instituição que havia sido criada através de um decreto do Poder Público Municipal. Representava, conseqüentemente, uma bandeira de revolução, no sentido de renovação de conceitos, filosofia, métodos e processos adotados por uma elite de professores e cientistas considerados reacionários, sob a liderança do professor Anísio Teixeira.

A igual do que ocorreu na Universidade de São Paulo — USP, também a do Distrito Federal beneficiou-se grandemente com o envio de professores para o estrangeiro, com o objetivo de aprimorar conhecimentos nas respectivas áreas de atuação. Porém, ainda mais importante se tornou o recebimento de professores da Europa, em especial da França, para ministrar aulas, orientar a pesquisa científica e a formação de pesquisadores, dando, assim, aos quadros docentes maior e mais atualizada dimensão e importância.

* * *

O Ministro Francisco Campos foi sucedido pelo Ministro Gustavo Capanema, que dirigiu a Pasta da Educação durante os anos de 1934 a 1945.

Gustavo Capanema, também mineiro e igualmente ilustre — dois importantes atributos que caracterizavam o Ministro anterior — merece um registro especial na história do ensino brasileiro, em todos os níveis, graus e modalidades.

Interessa-nos, particularmente, tecer comentários sobre sua concepção e decisiva atuação na área do ensino superior universitário, que representa o tema essencial destas reflexões.

---

(4) Vd. PAIM, Antônio. Ob. cit., p. 83.

Na verdade, o grande projeto universitário concebido e, em parte, executado pelo Ministro Gustavo Capanema está sintetizado numa entrevista que teria concedido à Agência Nacional dos Diários Associados e que começa assim:

> "Uma Universidade não é o que os espíritos simplistas imaginam: uma reunião material de diversas faculdades ou, mesmo, a articulação de diferentes faculdades esparsas, sob esta pomposa denominação, a fim de que continuem, isoladamente, a fornecer diplomas para as profissões normais. Sem um plano de conjunto que vise à investigação, à pesquisa, ao estudo, ao conhecimento, à cultura, num ambiente propício e materialmente aparelhado para elevar os conhecimentos acima do nível comum e da simples missão de diplomar doutores, não será nunca uma universidade."(5)

Prosseguindo nessa ordem de idéias, o Ministro Gustavo Capanema passa a considerar genericamente a universidade, acrescentando que esta nasce

> "para criar uma cultura real e direta, haurida no próprio meio, desenvolvida com os elementos que se fornecem à livre expressão. Será o centro de preparo técnico, de aparelhamento da elite que vai dirigir a nação, resolver-lhe os problemas, preservar-lhe a saúde, facilitar-lhe o desenvolvimento e a circulação da riqueza, fortalecer a mentalidade do povo, engrandecer sua civilização."(6)

Desenvolvendo e consolidando o sistema que pretendia adotar, para cujo êxito muito havia concorrido a absorção, pela Universidade do Rio de Janeiro, das unidades da Universidade do Distrito Federal — UDF, conseguiu o Ministro Gustavo Capanema o instrumento de que necessitava para dar início, em toda a sua amplitude, ao seu ambicioso projeto universitário. Esse instrumento foi exatamente a Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, que extinguiu a Universidade Técnica Federal e que transformou a Universidade do Rio de Janeiro em Universidade do Brasil.

---

(5) *Tempos de Capanema, de Si Schwarizman*, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa, Ed. Paz e Terra, História, EDUSP, 1984.

(6) Idem, *ibidem*.

A transformação foi deveras profunda, a começar pela criação de novas escolas e faculdades, que passaram de 8 para 15. Foram concomitantemente criados 15 institutos de pesquisa, idéia, aliás, já anteriormente considerada, ao ensejo da criação da Universidade Técnica Federal.

Outro objetivo da Reforma Capanema consistia na instalação da Cidade Universitária, a ser construída em terreno da Quinta da Boa Vista e, posteriormente, transferida para a Ilha do Fundão.

Para atender à finalidade destas reflexões, limitamo-nos a considerar o principal objetivo da Universidade do Brasil, que era implantar, para todo o País, um padrão único de ensino superior, ao qual todas as escolas e faculdades, até mesmo as da Universidade de São Paulo, deveriam se amoldar.

Entendia o Ministro Capanema que, através das Escolas e Faculdades Nacionais, "deveriam ser ministradas todas as modalidades de ensino superior previstas em lei", valendo essas normas para as escolas e faculdades isoladas, em funcionamento no País, e ainda para aquelas já aglutinadas em universidades.(7)

Quaisquer comentários que viessem a ser desenvolvidos sobre as vantagens e desvantagens das chamadas Escolas e Faculdades-padrão conduziriam a uma única conclusão — a inviabilidade do sistema.

Efetivamente, o plano em parte funcionou, enquanto o Ministro Gustavo Capanema permaneceu na titularidade da Pasta da Educação, ou seja, até 1945, que representa o término da segunda fase de existência da Universidade no nosso País.

Em resumo, do ponto de vista histórico, esse segundo período da universidade brasileira foi bastante significativo, pois que evidenciou o surgimento de um clima favorável à disseminação do ensino universitário nos diversos quadrantes da Nação.

Parece-nos lícito admitir que, ao longo desse segundo período, o movimento universitário ainda se norteou por uma cultura algo ornamental e por um tipo de formação acentuadamente literária e bacharelesca. No setor da organização escolar, propriamente dito, vigorou o sistema dos moldes, pelo qual os profissionais das diversas especialidades deveriam ser formados, em todo o País, segundo padrões inteiramente uniformes, inspirados por uma rígida burocracia do ensino.

---

(7) V. *Tempos de Capanema*, p. 208.

Se por um lado é inconteste esse quadro histórico de cores pálidas, não menos verdadeiro é o fato de que, naquela segunda fase, a universidade entre nós passou a existir efetivamente, e até mesmo muito progrediu.

Observe-se por último que, ao término desse segundo ciclo, contávamos apenas com uma Universidade mantida pelo Governo Federal — a chamada Universidade do Brasil; três Universidades estaduais equiparadas: a Universidade de Minas Gerais, a Universidade de São Paulo e a Universidade de Porto Alegre; e uma Universidade particular equiparada — livre — a Universidade do Paraná.

No ano de 1946 ocorreu um fato de grande significação para o movimento universitário brasileiro, ou seja, a criação, pelo Governo Federal, da Universidade da Bahia e da Universidade de Pernambuco.

Já aí o sistema Gustavo Capanema, que preconizava uma Universidade Federal para servir de modelo em todo o País, perdeu a sua razão de ser, uma vez que as unidades das duas novas instituições universitárias, mantidas pelo Governo da União, poderiam também adotar a denominação de Escolas e Faculdades Nacionais, na plenitude da autonomia emanada do Ato de criação das respectivas Universidades.

Considerado o quadro geral de expansão da Universidade Brasileira, acentue-se que, a partir de 1946, o movimento teve o mérito de empolgar os professores, pesquisadores e os próprios estudantes, passando assim o País a ter maior compreensão das missões da Universidade, como instrumento socializador do saber, através do ensino, da pesquisa e da extensão.

Foi nesse clima de euforia que surgiram, além das Universidades da Bahia e de Pernambuco, outros institutos universitários criados e mantidos pelo Governo da República, tais como a Universidade do Rio Grande do Sul, a Universidade do Paraná e a Universidade de Minas Gerais.

Ainda instituída pelo Governo Federal, a 16 de dezembro de 1954, foi instalada e passou a funcionar, a partir de 25 de junho de 1955, a sétima Universidade criada e mantida pelo Governo da União, ou seja, a Universidade do Ceará, hoje Universidade Federal do Ceará.

A UNIVERSIDADE NO CEARÁ

No ano de 1944, mais de duas décadas depois de ter surgido, no Rio de Janeiro, a primeira Universidade brasileira, é que se fez sentir a aspiração dos homens de pensamento do

Ceará por uma instituição universitária, que congregasse as escolas superiores já existentes no Estado, visando ao aperfeiçoamento do ensino e à melhor atuacão das novas gerações, na concretização dos anseios de progresso.

Os estabelecimentos de ensino de grau superior que funcionavam então em Fortaleza eram, num rápido repasse histórico, os seguintes:

— Faculdade de Direito, criada em 1903, gracas à larga visão de Tomás Pompeu de Souza Brasil e ao idealismo de Antônio Augusto de Vasconcelos.

— Faculdade de Farmácia e Odontologia, criada em 1916, fruto da iniciativa de Francisco de Sá Roriz, que pretendera fundar uma Faculdade de Medicina, mas encontrara, para tanto, obstáculos intransponíveis.

— Escola de Agronomia, fundada em 1918, que abriu novas perspectivas à formação da mocidade cearense, quando começava a insinuar-se aqui o interesse pelas carreiras técnicas, como acontecia em todo o País.

— Faculdade de Ciências Econômicas, criada em 1939, pela iniciativa de Djacir Menezes, sendo uma das primeiras da espécie a funcionar no Brasil.

— Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, fundada em 1943, decorrente da atenção despertada, para a necessidade de enfermeiras, pela guerra de 1939-1945, de que o Brasil participou.

Eram, portanto, cinco as escolas superiores existentes no Ceará, quando, em 1944, surgiu a idéia de uma Universidade sediada em Fortaleza. Antes não se atentara para as vantagens que uma instituição universitária poderia prestar à causa do desenvolvimento do Estado. No espírito de muitos prevalecia talvez a idéia de que as Universidades eram centros de discussões mais ou menos bizantinas, alheios aos problemas da vida cotidiana dos povos. Atribuía-se-lhes uma função meramente cultural, a serviço de ideais desinteressados.

Assim se explica, aliás, o surgimento tardio da Universidade no Brasil. Aqui não houve, como na maioria dos países hispano-americanos, uma elite que aspirasse ao refinamento intelectual, dispondo de lazeres para tanto. Naturalmente muitos brasileiros se julgaram diminuídos por isso e essa é a

razão por que os "Inconfidentes" de 1789 sonharam com a Universidade, que iria representar algo de novo, sem ligações com o passado colonial.

Foi em obediência a aspirações de cunho tradicionalista que, em 1944, o médico Xavier de Oliveira considerou oportuna a criação da Universidade a ser sediada em Fortaleza, mas das razões por ele aduzidas se pode depreender o caráter regional que deveria nortear a instituição. As idéias desse filho do Ceará estão contidas no memorial que endereçou ao Ministro da Educação, visando à refederalização da Faculdade de Direito do Ceará.

A partir daquele ano, em nenhum momento a criação da Universidade deixou de ser objeto das cogitações de importantes setores da opinião pública do Estado, notadamente dos professores e alunos das escolas superiores já existentes.

Foi com o pensamento voltado para uma futura instituição universitária que, em 1947, a União Norte-Brasileira de Educação e Cultura fundou a Faculdade Católica de Filosofia, destinada a formar professores para a Escola Secundária, em um primeiro passo para elevar o nível de conhecimentos da mocidade, devendo seguir-se o da criação de escolas superiores, com vistas à maior eficiência dos seus cursos. Assim entendendo, o Prof. Cesário de Andrade, emitindo, como membro do Conselho Nacional de Educação, parecer favorável à autorização para o funcionamento da nova Faculdade, opinou que, "por sua situação geográfica no Nordeste do Brasil e pelo crescido número de estabelecimentos que ali funciona, a cidade de Fortaleza está destinada a ser, dentro em breve, a sede de nova Universidade, que concorrerá para completar o quadro desses grandes centros da cultura nacional".

Em 1947 a campanha pela criação da Universidade do Ceará já havia tomado grande alento, tanto assim que, ao ser recepcionado na Faculdade de Direito, o então Ministro da Educação e Saúde, Dr. Clemente Mariani, aludiu ao movimento existente nesse sentido, por parte dos estudantes cearenses, assegurando-lhes a simpatia com que o Governo Federal acompanharia os seus passos.

No ano seguinte, o ensino superior passou a contar, em Fortaleza, com mais uma importante unidade — a Faculdade de Medicina.

Daí por diante fortaleceu-se a idéia da futura Universidade, contando com a simpatia do povo, sem falar nas entidades culturais da terra, que empreenderam séria campanha em prol do movimento, cujo êxito se aproximava a passos largos.

Em 1948, o então Chefe do Poder Executivo Estadual, Desembargador Faustino de Albuquerque, apreendendo o alcance da reivindicação, manifestou desejo de participar do empreendimento. Deu ciência dos seus propósitos ao Diretor da Faculdade de Direito do Ceará, solicitando que a Congregação designasse um docente, a fim de que levasse a idéia ao sul do País e sentisse de perto a opinião das autoridades federais vinculadas ao ensino superior. Pela escolha que se seguiu, o autor desta síntese histórica foi designado, como professor catedrático da Faculdade de Direito, para tratar do assunto junto àquelas autoridades.

No Rio de Janeiro, mantivemos contatos com o Ministro da Educação e Saúde de então, obtendo apoio para a efetivação do plano. Surgiram dificuldades, que foram superadas pelo entusiasmo dos que estavam à frente do movimento, e assim, por ocasião de nosso regresso a Fortaleza, já trazíamos o plano de estruturação da Universidade. Seguiram-se as providências que visavam à criação da instituição, sendo a mais importante a de conseguir que o Governo do Estado enviasse a respectiva mensagem à Assembléia Legislativa.

Governador do Estado, considerando que o período legislativo estava prestes a encerrar-se, revelou que adiaria o encaminhamento da referida mensagem, com o que não concordaram as associações culturais que se vinham batendo pela instalação, quanto antes, da Universidade. A ocorrência não desanimou os pugnadores pela idéia. Voltamos ao Rio de Janeiro, onde colhemos novo material para facilitar a criação da Universidade. Fizemos entrega ao Governador do Estado de um anteprojeto, devidamente analisado e aprovado pelas autoridades educacionais do País, faltando apenas que o Chefe do Executivo encaminhasse à Assembléia Legislativa aquele documento, que traduzia uma aspiração não só do Ceará, mas também do próprio Brasil, conforme acentuavam as considerações ali contidas.

Tudo parecia caminhar para o seu termo final, quando surge um desentendimento entre a classe acadêmica e o Governador do Estado. Mais uma vez foi adiada a criação da Universidade, em face dos acontecimentos que se desenrolaram em Fortaleza, envolvendo, de um lado, o Chefe do Poder Executivo e, do outro lado, a própria Congregação da Faculdade de Direito.

Posteriormente prevaleceu a convicção de que o Estado se achava impossibilitado de arcar com a responsabilidade de manter uma entidade de tanta magnitude e, assim, só restava

apelar para o Governo Federal, como única solução viável para o equacionamento e solução do problema.

Seguiram-se novas campanhas e gestões a favor da Universidade, notadamente através de palestras e conferências, artigos publicados na imprensa local e inquéritos realizados no seio da classe acadêmica, até que, em 1953, dirigimo-nos outra vez ao Rio de Janeiro para tratar do assunto junto às autoridades competentes, já agora com o plano de uma Universidade Federal no Ceará.

No Rio de Janeiro entrevistamo-nos com o Professor Antônio Balbino de Carvalho, então Ministro da Educação e Saúde, a quem fizemos um relato circunstanciado, demonstrando a necessidade de ser criada, com urgência, uma Universidade no Estado do Ceará, O Ministro se comprometeu a envidar todos os esforços a fim de que a aspiração dos cearenses fosse concretizada, chegando a afirmar que, no ano seguinte (1954), seria instalada a Universidade.

Animada pela promessa do Ministro Antônio Balbino de Carvalho, intensificou-se a camapanha no Ceará. Por ocasião do XI Congresso Estadual de Estudantes, realizado em Fortaleza, em 1954, os participantes do conclave criaram uma Comissão Permanente Pró-Criacão da Universidade. Paralelamente os professores se arregimentaram, escolhendo os diversos líderes que deviam representar os cursos superiores nas reivindicacões.

Desse movimento surgiu um Memorial, que foi remetido ao Ministro da Educação e Saúde, assinado por altos expoentes da vida administrativa, social e cultural do Ceará — documento histórico que valeu como reafirmação de um "desideratum" irreversível. Vazado em termos objetivos e decididos, o Memorial demonstrava a necessidade inadiável da criação da Universidade do Ceará. Encaminhado o documento ao Conselho Nacional de Educação, manifestou-se aquele órgão favoravelmente ao plano sugerido e assim estava a idéia amadurecida para o exame dos Poderes Executivo e Legislativo, aos quais competia decidir sobre matéria de tanta relevância para o Ceará e para o Brasil.

Encaminhado o assunto ao Ministro da Educação e Saúde, o seu eminente Titular na ocasião — Professor Antônio Balbino de Carvalho — elaborou todos os estudos necessários à Mensagem Presidencial, logo a seguir enviada ao Congresso Nacional. Foi longa a sua tramitação nas duas Casas do Congresso, mas finalmente, em 16 de dezembro do ano de 1954, foi sancionada pelo Presidente João Café Filho a Lei n.º 2.373, que criava a Universidade do Ceará, com sede em Fortaleza,

integrada pelas seguintes escolas: Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola de Agronomia e Faculdade de Medicina.

No dia 13 de abril de 1955 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Executivo n.º 37.149, do dia 7 do mesmo mês e ano, com o qual foi baixado o Estatuto da Universidade do Ceará. E no dia 6 de maio do mesmo ano realizou-se, na sala da Congregação da Faculdade de Direito, sob a presidência do Dr. Jurandir Lodi, Diretor do Ensino Superior, a primeira reunião do Conselho Universitário, com a finalidade de organizar a lista tríplice para escolha do primeiro Reitor.

O autor deste esboço histórico foi incluído na mencionada lista tríplice, recaindo em seu nome a honrosa escolha do Presidente da República e assim vimo-nos, dias após, empossado na Reitoria da Universidade. Havia de início duas preocupações essenciais: a instalação oficial da instituição e o imediato estabelecimento de condições que garantissem a sua consolidação.

A instalação se deu em ato solene, realizado no Teatro José de Alencar, no dia 25 de junho de 1955, contando com a presença do representante do Senhor Presidente da República, de grande número de convidados de outros Estados, das autoridades locais, de intelectuais e professores e de numerosa assistência. Foi dito na ocasião e comentado amplamente pela imprensa que aquele ato constituía o acontecimento mais importante da vida cultural do Ceará, em todos os tempos.

As medidas adotadas pela Reitoria, para a rápida consolidação da Universidade, se relacionaram com a complementação da lei que a criara, com a reforma do Estatuto, com a incorporação efetiva da Faculdade de Medicina, com a instalação imediata da Escola de Engenharia e com a dotação de recursos orçamentários que emitissem a execução das tarefas de implantação e expansão que se impunham. Nesses diversos setores foram felizmente coroados de êxito os nossos esforços, de modo que, desde o início de 1956, contou a Universidade com as disponibilidades necessárias ao atendimento de suas atividades iniciais.

Nos pirmeiros meses de funcionamento da Universidade, o Reitor convocou grande número de intelectuais e professores cearenses para com eles estabelecer diálogos sobre os rumos que deveria seguir na efetivação do que idealizara, tendo em vista a verdadeira missão de uma universidade moderna.

O certo é que o espírito universitário foi tomando corpo e contagiando a todos. Mestres e discípulos se foram capacitando da tarefa reservada a uma instituição universitária no

Nordeste. A Universidade foi assim conquistando a adesão do povo aos seus empreendimentos. Todo o Ceará, dentro de pouco tempo, como que passou a participar da suas realizações.

* * *

Na primeira fase de vida da Universidade foram inúmeros e pesados os encargos da administração. Tratava-se, antes de tudo, de criar condições para o funcionamento normal da instituição e para o seu desenvolvimento nas proporções do sonho que vínhamos alimentando, desde a sua instalação e nos anos que a esta precederam: uma universidade capaz, não somente de aglutinar escolas preexistentes ou mesmo acrescentar-lhes outras, mas também de exercer a missão formadora que lhe compete com maior profundidade, estendendo-a a todos os setores carentes de impulso para os objetivos da cultura e do progresso.

Em primeiro lugar tornou-se necessária, nos anos de 1955 a 1959, uma atividade intensa de construção, ampliação e adaptação de prédios, a fim de que as diversas escolas e faculdades tivessem condições satisfatórias de funcionamento e pudessem atender ao aumento de matrículas. Igual premência de instalações adequadas se verificava em relação aos serviços centrais da Universidade, de natureza didática, cultural e administrativa.

Para fazer face a essas obras impôs-se como imprescindível uma ação permanente do Reitor junto aos órgãos da administração federal e à própria Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, para que as dotações destinadas à Universidade pudessem, pelo menos em parte, atender a esses programas de expansão.

Nessa mesma fase a Universidade julgou oportuno e também indispensável estabelecer um plano de divulgação de seus serviços e propósitos, para levar à população a evidência da importância e das altas finalidades da instituição.

Além dessas inevitáveis preocupações de ordem material e imediata, a Universidade começou logo a voltar as suas vistas para os problemas essenciais do meio, promovendo certames de grande significação para o Ceará e para o Nordeste. Daí, a realização, em 1957, de um Curso de Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Econômico, com o patrocínio do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a cooperação das mais eminentes personalidades em assuntos econômicos no País, coadjuvados por grandes professores dos Estados Unidos e da América Latina.

O mencionado Curso, atraindo para o Ceará esses valores humanos, deu origem a um exame mais atento, por parte do Governo, da problemática nordestina. Daí surgiu um grupo de trabalho instituído pelo Governo para estudar os problemas da região, transformado, sucessivamente, na CODENO (Coordenação de Desenvolvimento Econômico do Nordeste) e na SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste).

Do ponto de vista de sua estrutura interna e para possibilitar a plena execução de suas missões, teve a Universidade, logo em 1956, de reformular substancialmente o Estatuto padrão, que lhe fora outorgado pelo Governo. O novo Estatuto trouxe, em suas linhas gerais, importantes inovações, não só para definir os rumos da política universitária, como para ensejar, desde cedo, uma ação mais direta sobre o meio a que a Universidade devia servir.

Com referência a esse período de implantação de serviços, merece menção especial a iniciativa tomada, junto ao Ministério da Educação, no sentido de trazermos para a Universidade o Instituto de Tecnologia Rural, integrante do Plano de Metas do Chefe do Poder Executivo. Esse plano visava a instituir no País catorze (14) importantes institutos de pesquisa, entre os quais o daquela especialidade.

A iniciativa tanto mais se justificava quanto era certo que, por intermédio da Escola de Agronomia, desde então a Universidade do Ceará desejava pôr em prática a sua aludida política de influir sobre o meio, de modo a cooperar com o Poder Público na solução de problemas regionais.

Paralelamente foram sendo implantados outros institutos de pesquisa, notadamente os de Antropologia, Química e Tecnologia, Metodologia e Medicina Preventiva, delineando-se desde logo a dupla modalidade de atividades da instituição — ensino e pesquisa — aos quais se acrescentaria mais tarde a extensão universitária.

* * *

Em junho de 1958, ao ser renovada a Administração da Universidade, no Boletim da instituição divulgamos:

"A Universidade entrou agora em novo período administrativo. Em sua primeira fase, a preocupação dominante dos que a dirigiram foi o lançamento de bases materiais que lhe permitissem esta segunda fase, o desenvolvimento, no plano cultural, de um esquema de trabalho voltado primordialmente para o estudo dos nossos problemas regionais."

Para melhor desempenho das tarefas necessárias à execução da nova meta, a Reitoria propôs no Conselho Universitário instituir o Seminário Anual dos Professores, com o fim de "reunir periodicamente o corpo de docentes e pesquisadores dos vários Institutos e Escolas, para confrontar-lhes as opiniões, generalizar-lhes as experiências e, pelo debate de problemas e teses fundamentais, criar, manter e estabelecer aquela unidade de pontos de vista, a partir da qual começa realmente a existir a Universidade". O Seminário se faria em três fases sucessivas: nos Departamentos, nas Escolas e Institutos e por fim na Universidade em geral, devendo realizar-se no primeiro semestre de cada ano.

O I Seminário, realizado em 1959 e coroado de pleno êxito, valeu como definição de uma filosofia universitária, contrária à concepção tradicional entre nós, segundo a qual a escola, faculdade ou instituto encarava a instituição sob o seu ângulo individual. A motivação desse primeiro certame estava equacionada em três perguntas:

1) Que é a Universidade do Ceará?
2) Por que surgiu?
3) Que objetiva fazer?

Os debates, estudos e análises que se desenvolveram em torno dessas premissas levaram à evidência de que a Universidade do Ceará não poderia conformar-se ao modelo clássico ou tradicional nem tampouco enveredar por uma senda exclusivamente tecnológica ou pragmatista. Teria, portanto, de ser plasmada como uma universidade eclética em face dessas duas concepções — ideal da universidade moderna, buscando a universalidade dos conhecimentos pelo equacionamento e solução de problemas regionais, adotando-se, desde então, o lema que se tornou estatutário: "O Universal pelo Regional."

O II Seminário, realizado em 1960, revestiu-se igualmente de grande significação, tendo por finalidade o primeiro planejamento, a longo prazo, da Universidade. Esse objetivo foi satisfatoriamente atingido, resultando desse Seminário o "Planejamento para Seis Anos", em que se previam as realizações e atividades da Universidade, no período de 1961 a 1966. Era um documento de magna importância. Planejava-se a longo prazo, para que a Universidade do Ceará pudesse "atingir o ano de 1966 num plano realmente orgânico de funcionamento, com um ensino tido como satisfatório, um razoável nível de pesquisa científica e uma irradiação de sua influência capaz de levar cada cearense a considerá-la de fato a sua Universidade."

O III Seminário, reunido em 1961, elaborou o anteprojeto da segunda grande reforma do Estatuto da Universidade, posteriormente aprovado, em suas linhas gerais, pelo Conselho Universitário. Foi uma reforma fundamental que, além de adaptar o Estatuto à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consubstanciava a evolução de princípios, processada no primeiro qüinqüênio de funcionamento da Universidade, e ratificava a filosofia vitoriosa nos Seminários anteriores.

* * *

Um dos resultados objetivos e mais importantes dos Seminários de Professores foi a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que veio complementar a estrutura da Universidade. A posição dessa unidade no conjunto universitário se reveste de excepcional significação, pela dupla tarefa que lhe cabe de formar professores para o curso médio, preparando assim, indiretamente, os futuros universitários, e de ministrar, sempre que possível, as cadeiras do Ciclo Básico dos cursos de graduação da própria Universidade.

Criada em janeiro de 1961, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras lançou as bases de sua organização naquele ano e, a partir de 1962, vem implantando gradativamente os seus diversos cursos, no desempenho satisfatório das mencionadas tarefas.

Através de reformas parciais do Estatuto, o Conselho Universitário transferiu os cursos de ciências puras (Matemática, Física e Química) para os respectivos Institutos Básicos de Pesquisa da Universidade, com o que se evitou duplicidade de pessoal, equipamentos e laboratórios. Essa circunstância contribuiu para a expansão dos Institutos no seu setor didático, de tal forma que se aparelharam para ministrar importantes cursos de formação profissional, como os de Química Industrial e Engenharia Química.

O funcionamento coordenado dos órgãos de ensino e pesquisa da Universidade assegurou uma perfeita interpenetração das duas atividades, com o máximo de aproveitamento de pessoal e material.

A crescente coordenação de todos os órgãos universitários foi, aliás, um dos traços característicos da evolução da Universidade no segundo qüinqüênio de seu funcionamento e o aperfeiçoamento dessa prática constituirá preocupação constante no nosso planejamento para o futuro.

* * *

Dentro do postulado estabelecido, de que a Universidade do Ceará seria de natureza eclética compreendendo entre a universidade tradicional ou clássica e a universidade tecnológica, não poderia ficar à margem nem relegada a plano secundário a preocupação cultural e artística.

Com efeito, essa preocupação está presente, desde o primeiro ano de atividades, no plano geral e coordenado de realizações.

Em resumo, os principais setores de atuação da Universidade, em matéria de arte e cultura, foram inicialmente os seguintes:

— Imprensa Universitária, com vastos programas editoriais de obras de cultura.

— Museu de Arte, com manifestações artísticas locais, tais como exposições permanentes ou eventuais e ousado plano de divulgação no Exterior de autênticos valores artísticos do Ceará e do Nordeste.

— Curso de Canto Coral, com apresentação do Madrigal e conjuntos mais numerosos, que despertaram a atenção e o entusiasmo de centros culturais em todo o País, a que se têm estendido as suas *tournées* artísticas.

— Curso de Arte Dramática, com a criação e o aperfeiçoamento de espetáculos que honraram o nome da Universidade e do Ceará, recebendo verdadeira consagração das platéias locais e os melhores encômios de outros centros e de críticos especializados.

— Vários convênios e acordos com instituições de natureza cultural, para a realização de programas em cooperação, tais como a Academia Cearense de Letras, o Instituto do Ceará e o Clube de Literatura e Arte.

— Promoções extracurriculares da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com o objetivo específico de divulgação cultural.

* * *

Em decorrência dos fatos e considerações que fundamentam as atividades culturais e artísticas, indispensáveis à corre-

ta atuação da Universidade, surgiram os Centros de Cultura, que exercem papel significativo no conjunto universitário. São órgãos que se destinam, precipuamente, ao ensino da língua e civilização de países estrangeiros, cujo patrimônio cultural interesse à formação do homem brasileiro, pela correlação conosco de sua história e tradições ou pelo valor de sua contribuição para o acervo universal das ciências, das artes e das letras.

Esses Centros constituem, em essência, a prova de que a Universidade, voltada permanentemente para os aspectos profissionais e técnicos de que se reveste a sua missão, não cessa de dar importância primacial a outro aspecto fundamental dessa missão: ministrar o Saber, sem visar à aplicação utilitária imediata.

Freqüentados por um número sempre crescente de universitários, intelectuais e diplomados nas mais variadas carreiras profissionais, os Centros de Cultura, que contam com a valiosa ajuda e o interesse dos governos dos países cuja cultura se propõem divulgar, representam não somente um extraordinário veículo de penetração cultural e educação artística, mas um ponto de contato entre a Universidade e os inúmeros estudiosos que, não sendo alunos dos seus cursos regulares de graduação, se beneficiam diretamente de seus ensinamentos.

São seis os Centros de Cultura já criados pela Universidade: Cultura Hispânica, Cultura Germânica, Cultura Italiana, Cultura Portuguesa, Cultura Britânica e Cultura Francesa.

* * *

Temos acentuado que a universidade moderna não se pode limitar às duas notórias missões a que se reporta Ortega y Gasset: formação de profissionais liberais e realização de trabalhos de pesquisa. Cabe-lhe uma terceira e significantiva missão, que poderíamos dizer de caráter político: o estudo e solução de problemas da coletividade. Sob esse aspecto agirá como órgãos cooperador do Poder Público, executando um trabalho de extensão, de todo imprescindível, para atingir as camadas populares e melhorar as condições do meio ambiente.

Aceita essa tese, a Universidade do Ceará, entre muitas outras providências, tomou o iniciativa de estabelecer convênios com importantes entidades nacionais e estrangeiras, com o objetivo de efetivar programas de desenvolvimento a curto e a longo prazo.

Havendo consonância de pontos de vista entre a Universidade e o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com este foi assi-

nado um acordo para a instalação e funcionamento do Centro de Produtividade do Nordeste (CEPRON), destinado a ministrar cursos rápidos aos homens de empresa.

Com objetivo similar pleiteou a Universidade do Governo brasileiro, representado pela SUDENE e pelo Ministério da Educação e Cultura, dois convênios com a Aliança para o Progresso — USAID/Brasil, visando a um programa de educação agrícola comum e ao treinamento e formação de técnicos em engenharia industrial, com a implantação de pequenas e médias indústrias, nas zonas eletrificadas do sul do Ceará.

Foi assim possível a elaboração de um programa de educação agrícola, executado pelas Universidades do Arizona e do Ceará. Esse programa, na vigência de um primeiro convênio, apresentou resultados tão positivos e satisfatórios, que determinou a assinatura de um segundo convênio, em bases mais amplas, de modo a possibilitar a sua extensão ao vizinho Estado do Piauí.

Quanto ao programa de treinamento industrial, executado em cooperação com a Universidade da Califórnia, constituiu este o chamado Projeto Morris Assimow, em homenagem ao eminente mestre norte-americano, que já se tornou cidadão cearense e Doutor *Honoris Causa* da Universidade do Ceará, em função dos meritórios trabalhos realizados no Cariri — zona escolhida para essa experiência industrial. Esse projeto teve efeito multiplicador, estendendo-se às Universidades de todo o Nordeste, notadamente da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O fato de termos avocado a execução do Projeto Asimow, como uma atividade de extensão universitária, ensejou à Universidade convocar um encontro, em Fortaleza, em níveis sucessivos de coordenadores e técnicos, e de Reitores das Universidades mencionadas. Coroada de êxito, a prática se institucionalizou, de modo que já se realizaram encontros subseqüentes, com idênticos objetivos, nas sedes das Universidades da Bahia e da Paraíba. Dessas reuniões participaram sempre representantes da SUDENE, do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e da USAID/Brasil.

Também merece destaque a iniciativa da Universidade, através de seu Instituto de Pesquisas Econômicas, no sentido de ser instalado em Fortaleza um Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico Regional (CETREDE), destinado a ministrar cursos de pós-graduação a profissionais e administradores de alto nível. A proposta da Universidade, para a criação desse Centro de altos estudos e de âmbito interamericano, foi encaminhada pelo Ministério das Relações Exte-

riores — Divisão de Cooperação Técnica — à Organização dos Estados Americanos (OEA). Após reiterados entendimentos e aprofundados estudos, foi aprovado o projeto que instituiu o CETREDE como órgão da OEA, mediante convênio com o Governo brasileiro — Ministério das Relações Exteriores — tendo como executores locais a Universidade do Ceará e o Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Estão aí apenas algumas referências aos principais programas de extensão em que se empenhou a Universidade do Ceará, que auscuta as necessidades do meio e colabora ativamente na solução dos problemas da coletividade.

A Universidade encara e investiga os óbices que entravam o progresso do meio em que atua, e, fiel à filosofia que a inspira e à norma de ação que se traçou, procura cooperar, de modo científico, técnico e objetivo, com o Poder Público, na faina de combater e superar esses obstáculos. Verificado, por exemplo, que constituem entraves ponderáveis às tarefas de desenvolvimento do Nordeste a escassez de pessoal habilitado e a carência de esquemas práticos de ação, nesse sentido dirige a Universidade os seus esforços, quando planeja e executa em extensão. E é fácil comprovar que nesses dois campos vem desenvolvendo uma ação intensa e eficaz, de real importância para a área geográfica do Nordeste. Visam os seus programas, em última análise, ao melhor aproveitamento dos recursos da terra e ao máximo de auxílio que lhe possa advir da ciência e da técnica e de entidades capazes de oferecer ajuda adequada.

* * *

A ênfase dada pela Universidade do Ceará às suas atividades extracurriculares autoriza a afirmação, que várias vezes temos feito, de que criamos e pusemos em execução um processo educativo para o desenvolvimento. E assim, uma nova e autêntica fase de desenvolvimento e verdadeiro progresso nasceu no Ceará com a Universidade e se vem afirmando, gradativamente, ao longo de sua existência.

Não medimos esforços nem poupamos sacrifícios para que esse consenso geral se consolidasse pelos fatos e pelos resultados do trabalho universitário, que vem sendo realizado em toda a sua profundidade e amplitude.

Os dirigentes da instituição sempre fomos fiéis à filosofia adotada no I Seminário de Professores, anteriormente referido:

"Como *Universidade* cultivamos o Saber. Como *Universidade do Ceará* servimos o meio. Realizamos, assim, o *Universal* pelo *Regional*."

CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

Para o registro da implantação da Universidade no Ceará, bastaria o que já foi dito, na última parte destas reflexões.

Na verdade, ao longo dos dez primeiros anos de profícuo funcionamento de nossa primeira instituição universitária, o êxito gradativamente conquistado se tornou tão expressivo, que passou a surpreender não somente o nosso Estado, mas também o Nordeste, o Brasil e vários organismos e instituições culturais, de fama e projeção no plano internacional.

Não se trata de ufanismo, já incompatível com o espírito da época em que vivemos. E tanto é assim que para aqui nos permitimos transcrever algumas das inúmeras opiniões e pronunciamentos de autoridades, intelectuais, professores, cientistas e técnicos de muito merecimento, todos unânimes em reconhecer e realçar as atividades, o pioneirismo, a criatividade, a operosidade e eficiência da Universidade, considerada com justiça aquela que mais cresceu no Brasil.

PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK:

"A Universidade do Ceará coroou antecedentes notáveis de civismo impoluto, de idealismo, de inconformidade, bravura e coerência, com a serenidade provecta dos estudos superiores, e o progresso exemplar que apresenta não somente honra aos cearenses, como ao Brasil inteiro."

ESCRITORES JEAN PAUL SARTRE E SIMONE DE BEAUVOIR:

"Nous avons admiré l'admirable et rapide developpement de l'Université du Ceará et nous avons mieux compris ici que dans le Brésil, qui est presqu'un continent, l'effort si remarquable de centralisation politique et économique ne peut recevoir pleinement que s'il est accompagné d'une certaine centralisation culturelle permettant à chaque État d'exploiter ses ressources régionales dans le domaine de l'esprit. Nous souhaitons que le plan de développement de l'Université du Ceará soit achevé et dépassé en 1960."

Dr. JOSÉ A. MORA (Secretário-Geral da OEA):

"Estou aqui para vos transmitir uma mensagem de confiança e de esperança no Brasil e no Nordeste. Ademais, esta Universidade, a Universidade do Ceará, é uma instituição que vem demonstrando residir aqui o novo espírito do Brasil. Sim, é uma Universidade moderna, revolucionária, que deseja afastar-se da velha herança acadêmica, para entrar na técnica e servir aos objetivos e às exigências de um mundo em permanente transformação, que se dedica à investigação, às pesquisas, à preparação dos técnicos de que necessita o mundo atual; e que não quer simplesmente guardar a eloqüência clássica dos humanistas que não viram a realidade que estamos hoje vivendo. Por isso creio que a Universidade do Ceará honra a todo o Brasil e às Américas neste esforço novo e renovador de um Brasil que está sempre vigilante."

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO:

"São ainda novas as universidades brasileiras. Apareceram quando muitas das suas congêneres, em outros países, já eram centenárias. Tão curta existência, no entanto, não impede que a do Ceará já tenha imprimido forte marca na comunidade a que serve. Sei estar numa casa onde, ao lado da cultura clássica, vivem numerosos institutos de pesquisas, todos voltados para útil e fecundo trabalho de ampliação de conhecimentos, certos de que somente pela investigação diuturna consegue o homem nova visão do mundo que o cerca.

. . . . . .

"Assim, graças ao vosso trabalho e às vossas realizações, granjeastes justo e crescente prestígio, que se reflete em todos os setores de atividades do Ceará. E não seria exagero dizer que, havendo passado as fronteiras do Estado, o vosso renome já constitui patrimônio de todo o Nordeste.

"Não é, portanto, uma lisonja reconhecer que a vossa Universidade constitui hoje o mais alto luzeiro da Terra da Luz."

* * *

Outros importantes depoimentos poderiam ser reeditados, para fortalecer a nossa assertiva de que a Universidade do Ceará já estava completamente consolidada, ao término de sua primeira década de existência. E a propósito acrescentamos as considerações que se seguem, a fim de que sejam concluídas alguns raciocínios por nós anteriormente enunciados e também para registrar fatos e ocorrências que são importantes para a história da instituição.

Assim, por exemplo, ocorre no que diz respeito às várias etapas de evolução da Universidade no nosso País.

Afirmamos que a primeira fase da Universidade no Brasil vai de 1920 até 1930, quando foram criadas a Universidade do Rio de Janeiro, pelo Governo Federal, e a Universidade de Minas Gerais, pelo Presidente Antônio Carlos. Foi, por assim dizer, a fase acentuadamente ornamental.

De 1931, com a publicação do Estatuto das Universidades Brasileiras, até 1945, tivemos o segundo período de evolução da Universidade entre nós, sendo que a instituição passou efetivamente a existir, apresentando um saldo bastante positivo, a despeito dos conflitos verificados entre os grupos de direita e de esquerda, interessados no assunto.

O terceiro período de evolução da Universidade em nosso Pais, de conformidade com os critérios arbitrados por nós adotados, vai de 1945 até 1964.

Em 1955, quando foi instalada a Universidade do Ceará, já contávamos, mantidos pelo Governo Federal, com as Universidades sediadas em Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Para completar o sistema, precisávamos somente de uma Universidade Federal, com sede em Belém do Pará e outra em Brasília, para onde iria ser transferida a Capital da República. Ambas foram efetivamente criadas, a primeira em abril de 1958, e a segunda dois anos depois, já em forma de Fundação e com muitas inovações.

Não temos dúvidas de que a fase áurea das Universidades Federais, notadamente a do Ceará, ocorreu ao longo do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, graças ao espírito esclarecido e à ação patriótica do eminente Titular da Pasta da Educação e Cultura, professor Clóvis Salgado da Gama.

Lamentavelmente, ainda não foi feita uma avaliação da importância do trabalho ciclópico realizado na gestão do Ministro Clóvis Salgado, em favor do ensino universitário, da pesquisa pura e aplicada, da tecnologia a serviço de uma polí-

tica nacional de educação para o desenvolvimento e, em resumo, da cultura geral.

Se essa avaliação vier a ser feita, concluiremos inevitavelmente que, naquela fase heróica, em que participou ativamente a Universidade cearense, não só recuperamos o atraso de mais de dois séculos em matéria de Universidade, mas chegamos mesmo a exercer manifesta hegemonia, nas aplicações de novos métodos e técnicas, ainda não utilizadas na maioria das Universidades latino-americanas.

Observe-se, por último, que, quando chegamos ao fim do Governo Kubitschek, um fato novo foi verificado, isto é, a criação de mais onze universidades federais, em forma de Autarquia de regime especial.

No que diz respeito ao quarto e atual período de evolução da Universidade brasileira, que começou em 1964, com o advento do regime de exceção, é fora de dúvida que as Universidades Federais, por lei consideradas autônomas, foram ficando gradativamente reduzidas à simples condição de órgãos da administração centralizada.

Daí, por que se admite tenha havido no período correspondente ao Governo Revolucionário uma espécie de retrocesso das Universidades mantidas pelo Governo da União, embora não nos pareça exato esse entendimento, porquanto, em diferentes momentos dos últimos vinte anos, o sistema universitário federal, sob alguns aspectos, apresenta resultados positivos. Quantitativamente, por exemplo, houve um grande avanço, uma vez que, em 1964, havia aproximadamente 20 Universidades Federais, enquanto que hoje conta o sistema com 35, entre autarquias e fundações. Em relação ao aspecto qualitativo, não dispomos de elementos para ajuizar.

* * *

A partir de 20 de agosto de 1965, a Universidade do Ceará, tendo em vista o disposto no art. 1.º da Lei n.º 4 759, passou a denominar-se Universidade Federal do Ceará.(8)

---

(8) A influência da Universidade Federal do Ceará foi decisiva para a criação de instituições congêneres em nosso Estado, tais como:

a) Universidade de Fortaleza — UNIFOR, da Fundação Educacional Edson Queiroz, autorizada a funcionar pelo Decreto Federal n.º 71.655, de 04 de janeiro de 1973;

b) Universidade Estadual do Ceará — UECE, reconhecida pelo Governo Federal, através do Decreto n.º 79.172, de 26 de janeiro de 1977;

Durante os seus trinta e um anos de existência, exerceram as funções de Reitor, primeiramente o autor deste relato, durante os anos de 1955 a 1967, seguindo-lhe o Professor Fernando Leite, de 1967 a 1971; o Professor Walter de Moura Cantídio, de 1971 a 1975; o Professor Pedro Teixeira Barroso, de 1975 a 1979: o Professor Paulo Elpídio de Menezes Neto, de 1979 a 1983; e por último, o Professor José Anchieta Esmeraldo Barreto, cujo mandato se estenderá até 1987.

Em todas essas administrações, a Universidade Federal do Ceará manteve uma posição de vanguarda, pelo seu prestígio sempre crescente e pela sua irrecusável projeção nacional e internacional, sobejamente comprovada.

Pode-se portanto afirmar, sem receios de contestações, que a Universidade Federal do Ceará representa um capítulo de transcendental importância, na História da Universidade Brasileira.

---

c) Universidade Estadual Vale do Acaraú — UVA, com sede na cidade de Sobral, encampada pelo Governo do Estado, através da Lei n.º 10.933, de 10 de outubro de 1984;

d) Universidade Regional do Cariri — URCA, com sede na cidade do Crato, criada pelo Governo Estadual, mediante a Lei n.º 11.191, de 09 de junho de 1986. e em fase de instalação.